

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE-SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS**

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Conheça um pouco do nosso Conselho de Administração e Diretoria:

EDEMAR FRONCHETTI
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADM.

GUNDER LEO BERWANGER
VICE-PRESIDENTE

JULIANO ROMANCINI
SECRETÁRIO

PEDRO VLADIMIR SCHUTZ
DIRETOR FINANCEIRO

JAIMIR JOSÉ BALBINOT
DIRETOR OPERACIONAL

MARCELO TREVISAN
DIRETOR COMERCIAL

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 94,46% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui área de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL SC/RS e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao

conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB SÃO MIGUEL SC/PR/RS registrou o total de 143 (cento e quarenta e três) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a pacote de serviços. Das reclamações, 67 (sessenta e sete) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados Consolidados

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes números	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Resultados financeiros	65,24%	99.915.108,72	60.488.483,21
Patrimônio Líquido	37,40%	419.820.740,57	305.551.919,20
Ativos	24,40%	3.261.899.046,92	2.622.094.614,89
Depósitos na Centralização Financeira	24,61%	864.627.491,43	693.858.081,04

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	12,54%	110.078	97.809

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	46,77%	791.855.686,07	539.522.888,81
Carteira Comercial	-1,01%	1.222.428.796,24	1.234.885.262,89
Total	13,52%	2.014.284.482,31	1.774.408.151,70

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 13,54% da carteira, no montante de R\$ 274.644.237,53.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	8,99%	414.245.161,07	380.089.102,73
Depósitos sob aviso	-12,57%	2.860.186,33	3.271.391,64
Depósitos a prazo	0,34%	1.164.091.445,57	1.180.170.960,54
LCA	88,34%	430.233.622,69	228.429.675,17
LCI	28,93%	139.661.197,64	108.324.400,99
Total	14,40%	2.151.091.613,30	1.880.285.531,03

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 11,88% da captação, no montante de R\$ 252.499.012,52.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	38,21	392.195.880,21	283.770.230,03

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

SÃO MIGUEL DO OESTE-SC, 10 de fevereiro de 2023.

Ativos e resultado líquido com Tributos e Valores Mobiliários

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

1. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Table with 5 columns: Modalidade, Circulante, Não Circulante, TOTAL, 31/12/2022, 31/12/2021

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.852/1999

Table with 10 columns: Modalidade, Operação, Risco, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Table with 5 columns: Tipo, Até 30, De 31 a 90, Acima de 90, TOTAL

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Table with 6 columns: Descrição, Emprestimo, Financiamento, Fomento, 31/12/2022, 31/12/2021

e) Montagem de provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

f) Concentração dos principais devedores:

Table with 5 columns: Descrição, 31/12/2022, % Carteira TOTAL, 31/12/2021, % Carteira TOTAL

g) Montagem de crédito líquido como prejuízo:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

2. Outros Ativos Financeiros

Os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes a empréstimos devedores à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias ou não, estavam assim compostos:

Table with 5 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

a) O saldo de Ações e Franças Horvath é composto, substancialmente, por operações onerosas de cartas de crédito emitidas de associados da Cooperativa cedidas pelo Banco Sicoob.

b) Em Rendimentos e Receitas estão registrados Rendimentos de Cartões (R\$ 82.966.811), Rendimentos de Cartões (R\$ 828.965.992), Rendimentos de Contribuição Financeira à Reserva da Cooperativa Central (R\$ 14.115.806.202), Rendimentos e Receitas - Transações Interfinanceiras (R\$ 127.421.341), Rendimentos e Receitas - Franquias (R\$ 77.885.921) e outros (R\$ 60.112.822).

c) Em Dividendos por Compra de Valores e Ações estão registrados os saldos e receber de terceiros pela venda e prazo de entrega de ações de empresas do grupo de valores mobiliários para venda - Recebíveis.

d) Em Tributos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tributos (R\$ 94.473.761) e outros (R\$ 839.198.341).

e) Em Dividendos por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para COFIN (R\$ 5.284.802,52) e para Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 23.305.721).

2.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outras estimativas de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.852/1999.

a) Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

b) Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação por nível de risco:

Table with 10 columns: Modalidade, Operação, Risco, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

3. Ativos Fiscais, Correntes e Diferíveis

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.842/2022, os saldos de ativos fiscais, correntes e diferíveis de maior relevância financeira originam nos impostos a compensar, referentes a Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (R\$ 5.867.323,14); Valores a Receber - PERDCCOMP (R\$ 1.736.488,37) e Outros impostos e contribuições a Receber (R\$ 74.708,30).

10. Outros Ativos

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

a) Em Dividendos Diversos estão registrados os saldos relativos a Perdições e Regulares (R\$ 22.487,28); Perdições e Regulares - Banco Sicoob (R\$ 277.368,41); Perdições e Regulares - Ações e Franças Horvath (R\$ 278.873,21); Perdições e Regulares - Cartões de Crédito (R\$ 318.966,61); Progra Admoral (R\$ 108.543,54) e outros (R\$ 1.828,81).

b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebíveis estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou cancelamento.

c) Referem-se às provisões constituídas com base em laudos emitidos de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebíveis".

d) Registraram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, anuidades de pensões, processamentos de dados, IPVA, softwares e outros.

11. Investimentos

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

a) Em atendimento à Resolução CMN nº 4.817/2022, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam sociedades, controladas ou controladas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reclassificadas do grupo de investimentos para o grupo de Tributos e Valores Mobiliários em 01/07/2022.

12. Imobilizado em Uso

Table with 5 columns: Descrição, Valor Depreciado, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

a) A variação durante o exercício 2022 está representada pela inauguração dos novos pontos de atendimento localizados em Rodovia SC, Tupandápolis e CascaRS e reforma dos pontos de atendimento localizados em Agra Gerenciada, Açores/SC, Joinville/SC, Lages/RS, São José do Cerrito/RS, São Miguel do Oeste/SC e da Unidade Administrativa.

13. Intangível

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

14. Depósitos

Table with 5 columns: Descrição, Circulante, Não Circulante, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

a) Valores cuja disponibilidade é prevista aos associados, ficando o titular do portador dos recursos facultado conforme sua necessidade.

b) Valores parqu岸ados para disponibilidade em prazo pré-estabelecido, os quais possuem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua constituição em pós ou pré-fixado. Suas remunerações pré-fixadas são atualizadas com base no sistema de "pré-ata tempo", de remunerações pré-fixadas não atualizadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, quitadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ - com exceção de contas conjuntas, que têm sido往日 divididos pelo número de titulares - pelo Fundo Garantidor de Participações de Crédito - FPGCred, que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a deliberação da Resolução CMN nº 4.823/2021. O regime do FPGCred, como regulamentado, passa a ser lido em "Depósitos de Captação no Mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Table with 5 columns: Descrição, 31/12/2022, % Carteira TOTAL, 31/12/2021, % Carteira TOTAL

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

15. Recursos de Azeite e Emissão de Tributos

Referem-se às Letras de Crédito de Agronegócio - LCA que conferem direito de preferência sobre os direitos creditórios de agronegócio e emissão de Letras de Crédito Imobiliário - LCI, emitidas por crédito imobiliário garantido por hipoteca ou por alienação fiduciária de bens imóveis (Lei nº 10.331/2004).

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

16. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acessado de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias diferenciam-se a título de saldos de créditos dos associados beneficiários.

a) Repasses Interfinanceiros:

Table with 5 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

Os repasses interfinanceiros estão representados por recursos obtidos por meio do SICOOB CENTRAL SCRS e BANCO SICOOB, e encargos financeiros de até 12% a.a.

b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Table with 5 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

As obrigações por empréstimos e repasses estão representadas, substancialmente, com recursos obtidos por meio do SICOOB CENTRAL SCRS, e encargos financeiros de até 8,18% a.a.

c) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

17. Outras Relações Interfinanceiras Passivas

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

18. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

a) Em Colômbia e Arrecadação de Tributos e Arrematados estão registrados os valores a receber relativos a Instituições Operadoras de Crédito - ICF (R\$ 245.348,47); Municípios (R\$ 130.464,06) e outros (R\$ 941,58).

19. Provisões

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

a) Referem-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela Cooperativa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.812/2018. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.852/1999. Em 31/12/2022 e 31/12/2021, a Cooperativa é responsável por indenizações e indenizações em garantias prestadas, referentes a sua prestação em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras afilias.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

Para fazer face às eventuais passivas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de nível de provisão, mantidas em valores consideráveis suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresenta os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Table with 5 columns: Descrição, Provisão para Contingências, Depósitos Judiciais, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

Segundo o parecer jurídico do SICOOB SÃO MIGUEL SCRS, existem processos judiciais em que a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda provável, totalizando R\$ 8.850.120,50 (oito milhões, oitocentos e trinta e três mil, cento e vinte e três reais e cinquenta centavos). Esses ativos abrangem, basicamente, processos trabalhistas do grupo.

Jornalistas de impretabilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações no julgamento das litígios, torna incerto no prazo os valores imputados de bens.

b) Referem-se a provisão de IR (R\$ 214.095,99) e COFIN (R\$ 1.521.402,48) oriundas de processo de PERDCCOMP.

20. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferíveis

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

21. Outros Passivos

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutários, e de respectivos detalhamentos:

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

a.1) A provisão do Programa de Participação nos Resultados, aprovado pelo Conselho de Administração, tem os objetivos de reconhecimento e de pagamento estabelecidos conforme Acordo Coletivo de Trabalho registrado.

a.2) Referem-se ao valor de cotas capital a ser devolvidas para os associados que acionaram o desligamento de quotas morte.

a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é destinado às atividades educacionais, à orientação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado das ações não cooperativas e 8% dos valores líquidos do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação deste valor em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COFIN, Assessorado à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.822/2021, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais sua destinação, conforme a Lei nº 5.784/1971.

a.4) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de saldos, vencimentos e anuidades, cuja prestação de serviços é realizada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

a.5) Em Provisão para Pagamentos a Fazer estão registrados Despesas de Pessoal (R\$ 8.723.857,78); Custos de Transações Interfinanceiras (R\$ 187.105,87); Seguro Previdenciário (R\$ 987.364,37); Valores a Repassar para a Cooperativa Central (R\$ 434.958,64); Despesas com Cartões (R\$ 232.254,45); Outras Despesas Administrativas (R\$ 435.332,87) e Outras Pagamentos (R\$ 483.911,86).

a.6) Os saldos em Créditos Diversos - Pós referem-se a Créditos de Terceiros (R\$ 1.122.858,29); Valores a Liquidar - Passivos Créditos Consignados (R\$ 735.871,57); Custos Diversos-Liquidação Coobrança (R\$ 653.187,14); Perdições e Regulares (R\$ 488.185,71); Perdições e Regulares Banco Sicoob (R\$ 278.157,28); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardados Compensação (R\$ 213.143,27) e outros (R\$ 286.653,42).

22. Passivos Líquidos

22.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,50 (uma) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

22.2 Reservas de Sobras

22.2.1 Fundo de Reserva

Representado pelas demonstrações estatísticas das sobras, quando do encerramento do exercício social, no percentual de 10%, utilizado para reparar perdas e atender as necessidades de suas atividades.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

22.2.2 Fundo de Estabilidade Financeira - F.E.F.

Representado pelas demonstrações estatísticas das sobras, no percentual de 80%, destinado a dar lastro a eventuais atividades financeiras, bem como para que haja o crescimento do nível de atendimento econômico.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

22.2.3 Fundo de Estabilidade Financeira - F.E.F. - Sicoob Central SCRS

Representado pelo repasse de recursos oriundo do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob Central SCRS, e que foi destinado ao Sicoob São Miguel visando manter os limites operacionais em conformidade dos recursos negativos acumulados provenientes de incorporação de Cooperadas. Esse recurso foi utilizado pela Taxa Referencial - TR mensalmente. A devolução deste recurso foi realizada em parcelas anuais, com a liquidação em 01/07/2022.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

22.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Assessorado à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.822/2021, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais sua destinação, conforme a Lei nº 5.784/1971.

Table with 4 columns: Descrição, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020

Este documento foi assinado digitalmente por Miguel Angelo Gobbi. Para verificar as assinaturas vá ao site https://izisign.com.br e utilize o código CC9A-243E-0179-C1D9.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 19/03/2022 no cooperado deliberaram a distribuição de lucros de acordo com o artigo 207 do Estatuto Social, no valor de R\$ 24.267.243,12 (vinte e quatro milhões, duzentos e sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta e três reais e doze centavos), distribuída da seguinte forma: 60% no valor de R\$ 14.560.334,58 (quatorze milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e nove centavos) para o Fundo de Estabilidade Financeira e 20% no valor de R\$ 4.806.908,54 (quatro milhões, oitocentos e sete mil, quinhentos e oito reais e dez centavos) distribuído aos associados mediante depósito em conta corrente.

33.3.1 Destinações Estatutárias e Legais

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: 33.1 Resultado após 10% sobre Lucros, 33.2 Reservação sobre o Capital Próprio, 33.3 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira, 33.4 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.5 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.6 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.7 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.8 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.9 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.10 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.11 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.12 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.13 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.14 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.15 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.16 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.17 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.18 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.19 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F), 33.20 Reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira (F-F).

33.2 Lucros e Prejuízos de Propriedade Distribuídos no Fundo de Estabilidade Financeira - FEF, conforme previsão estatutária.

33. Ativos do Capital Próprio

A Cooperativa promoveu a emissão de capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado. Os critérios para a reservação são baseados na Lei Complementar 135, artigo 7º, de 17 de abril de 2008. A reservação foi de 100% da reservação sobre o Fundo de Estabilidade Financeira e de 20% do lucro líquido, aprovada pelo Conselho de Administração conforme art. 154 de 23/09/2022. A reservação foi demonstrada na Demonstração de Situação do Patrimônio Líquido (D-SLP) e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (D-MPL), conforme Circular SICAEX nº 4/2022.

34. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificadas como atos não cooperativos os rendimentos não distribuídos decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido resultante dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FAFES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Resultado de prestação de serviços, Despesas operacionais de atos não cooperativos, Despesas operacionais de prestação de serviços de atos não cooperativos, Resultado de atos não cooperativos, Resultado de prestação de serviços, Despesas operacionais de atos não cooperativos, Despesas operacionais de prestação de serviços de atos não cooperativos, Resultado de atos não cooperativos, Resultado de prestação de serviços, Despesas operacionais de atos não cooperativos, Despesas operacionais de prestação de serviços de atos não cooperativos, Resultado de atos não cooperativos.

35. Receitas de Operações de Crédito

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Receitas de Administração e Despesas, Receitas de Operações de Crédito, Receitas de Operações de Crédito.

36. Despendidos e Despesas de Intermediação Financeira

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Operações de Crédito no Mercado, Operações de Intermediação Financeira, Operações de Intermediação Financeira.

37. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Receitas de Entrega, Receitas de Prestação de Serviços, Receitas de Prestação de Serviços.

38. Receitas de Tarifas

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Receitas de Tarifas de Serviço, Receitas de Tarifas de Serviço.

39. Despendidos e Despesas de Pessoal

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Despesas de Pessoal, Despesas de Pessoal.

36. Outras Despesas e Despesas Administrativas

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Despesas de Administração e Despesas, Despesas de Administração e Despesas.

31. Despendidos e Despesas Tributárias

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Despesas Tributárias, Despesas Tributárias.

32. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Receitas Operacionais, Receitas Operacionais.

33. Outras Despesas e Despesas Operacionais

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Despesas Operacionais, Despesas Operacionais.

34. Despesas com Provedores

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Despesas com Provedores, Despesas com Provedores.

35. Outras Receitas e Despesas

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Outras Receitas e Despesas, Outras Receitas e Despesas.

36. Resultado Não Reconhecido

Com base na aplicação da premissa contábil editada, conforme a definição da Resolução CBC nº 2022, e nos critérios técnicos contemplados a este normativo, no exercício de 2022 foram identificados os eventos considerados "resultado não reconhecido" no valor de R\$ 63.187,36 equivalente à venda de bens do ativo imobilizado.

37. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

37.1 Pessoa-Chave de Administração

As operações com as partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância de todas as condições impostas pelas normas do Banco Central, tais como documentação de fontes consistentes, avaliações e registros de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avulsas, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Os quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas líquidas e das operações passivas líquidas durante o período de 2022:

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Montante das Operações Ativas, Montante das Operações Passivas, Montante das Operações Ativas, Montante das Operações Passivas.

Percentual por Região - Contorno Operacional em Exercício 2022

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Operações de Crédito, Operações de Crédito.

b) Operações ativas e passivas:

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Operações de Crédito, Operações de Crédito.

c) Saldo das Operações de Crédito

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Saldo das Operações de Crédito, Saldo das Operações de Crédito.

d) Foram realizadas transações com partes relacionadas a transmissão relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Saldo das Operações Ativas e Passivas, Saldo das Operações Ativas e Passivas.

Conforme a Política de Crédito de Sistema Socios, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas físicas e jurídicas são aprovadas em âmbito do Conselho de Administração ou, quando designado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são objeto de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avulsas, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Saldo das Operações de Crédito, Saldo das Operações de Crédito.

f) As investigações realizadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram os seguintes:

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Saldo das Operações de Crédito, Saldo das Operações de Crédito.

g) Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram apresentados de seguinte forma:

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Saldo das Operações de Crédito, Saldo das Operações de Crédito.

37.2 Cooperativa Central

O SICOOP SÃO MIGUEL SCIPRS, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado ao SICOOP CENTRAL SCIRS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, órgãos governamentais e entidades privadas.

O SICOOP CENTRAL SCIRS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em favor social dos serviços cooperativistas e assistência de seus filiados (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar o cumprimento de seus objetivos, o SICOOP CENTRAL SCIRS a coordenação das atividades de suas filiais, a atuação e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOP SÃO MIGUEL SCIPRS responde solidariamente pelas obrigações contratuais pelo SICOOP CENTRAL SCIRS perante terceiros, sob o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nas operações.

a) Saldo das transações da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Saldo das transações da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das transações da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS.

b) Em atendimento à Resolução CMV nº 4.811/2020, as Participações de Cooperativas em entidades que não sejam instituições creditícias ou substituídas em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo MEP, foram reconhecidas do grupo de investimentos para o grupo de Filiais e Valores Mobiliários em 01/01/2022.

b) Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS, Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOP CENTRAL SCIRS.

38. Índice de Saúde

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), aprovado nos termos da Resolução CMV nº 4.950/2021, compatível com o nível de seus ativos.

O SICOOP SÃO MIGUEL SCIPRS adota a metodologia simplificada para avaliação do requerimento normativo do Patrimônio de Referência Simplificado (PRSIS) definido na Resolução CMV nº 4.006/2017, e o Índice de Saúde, definido na Resolução CMV nº 4.908/2021, o qual permite avaliar se o montante de capital regulamentar mínimo para entidades é suficiente para fazer frente aos riscos a que está exposto.

O Patrimônio de Referência (PR) encontra-se compatível com o grau de risco de crédito estabelecido pelo Banco, conforme a Resolução CMV nº 4.811, de 30 de abril de 2020, Art. 1º, § 2º, sendo apresentado abaixo durante os limites:

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência (PR).

38. Benefícios e Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores. O plano é administrado pela Fundação Socio de Previdência Privada - SocioPrev.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Table with 3 columns: Descrição, 2022, 2021. Rows include: Despesas com Contribuições, Despesas com Contribuições.

40. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoop é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Socio (CCS) com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de contrapartes de negócios e seguros, de forma contínua e integrada.

O processo de gerenciamento de riscos é integrado e a estrutura organizacional envolve gestão estratégica, representação e accountability, visando a adequada disseminação de informações e do fomento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoop.

São adotados procedimentos para o reporte temporário aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e em situação em estágio de política de risco.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, tendo por objetivo a disseminação da exposição aos riscos das entidades do Sicoop, e não descentralizar as responsabilidades das Cooperativas.

40.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, aprovada pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métodos e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoop.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, tendo de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Direção de Controles Internos, que integra com os gestores das áreas e identifica formalmente os casos, a adoção dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a criação de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração de singular.

A metodologia de avaliação de capital utilizada para o gerenciamento de perdas de risco operacional (PRAOP) é a abordagem padronizada.

40.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métodos e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoop.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoop, atuando na padronização de processos, metodologia de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de métodos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito de contrapartes, operações e bens qualificados do crédito. O CCS realiza testes periódicos de seus métodos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira das contrapartes, análise, o monitoramento da inadimplência das contrapartes e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMV nº 2.827/1998.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) criação de políticas e estratégias, incluindo limites de risco;
b) validação dos sistemas, métodos e procedimentos internos;
c) estimativa contínua consistente e prudente de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
h) monitoramento e reporte dos limites de crédito por risco;
i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
j) ser responsável por calcular o nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
k) métodos para a avaliação do nível de crédito de contrapartes, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos ativos, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
l) aplicação de testes de estresse, identificação e avaliação de potenciais vulnerabilidades da instituição;
m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de contrapartes e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistemático compreendendo a validação da metodologia e a conformidade dos processos.

40.3 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, na Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez e do Sicoop Fiscal de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métodos e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoop.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoop.

O Sicoop dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado com as diretrizes aprovadas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoop atende às exigências e padrões previstos nos normativos emitidos pelas instituições reguladoras, aprovados e adotados permanentemente com os melhores práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar adequadamente suas obrigações operacionais e operacionais a futuro, incluindo os compromissos de remuneração de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem recorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade de entidades não conseguir pagar a prazo de mercado, uma produção, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, no âmbito de alguma dimensão do mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio de análises e avaliação do cenário de liquidez, visando à gestão de liquidez, controle e administração, que evidenciam, no mínimo:
a.1) limite mínimo de liquidez;
a.2) fluxo de caixa projetado;
a.3) aplicação de cartões de estresse;
a.4) seleção de planos de contingência;
b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e controle preventivo das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de sensibilidade, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoop.

40.4 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos é realizado com o objetivo de controlar e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoop.

O Sicoop atua a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PPSAC) na identificação da exposição dos operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível verificar os princípios e diretrizes visando contribuir para a consecução adequada e relevante de operações de risco

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todos as pessoas, assim como impactos negativos e positivos que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações contínuas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações contínuas considerando a probabilidade de ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, no âmbito das áreas de atuação e risco.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, segundo as critérios de regularidade e avaliação de desempenho e divulgados nos relatórios anuais, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de latido devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes atuantes por crime ambiental são analisadas por equipe específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que estejam no cadastro de empregadas que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravidão ou infantil.

40.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é um processo contínuo e com postura prospectiva, que está alinhado com o Planejamento Estratégico do Sicoob, e tem por objetivos reduzir a ocorrência de insuficiência de capital nas entidades do Sicoob e gerar uma base sólida de informações para as tomadas de decisões.

O processo de gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos.

Para instituições enquadradas no segmento SE, são apontados:

- a) Patrimônio de Referência (PR);
b) Montante das ações ponderadas pelo risco de forma simplificada (RPAIS);
c) Índice de Risco (IR);
d) Limite de Instituição (LI);
e) Risco de Aterramento (RA).

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo manter a necessidade de capital de suas instituições. As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo de capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderem formalmente.

40.4 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pelo Conselho de Administração do CCE, que prevê procedimentos, práticas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade de ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativa de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos) considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a continuidade e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCE realiza a Análise de Impacto (AI) para identificar os processos críticos existentes, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, mitigar o risco de interrupções programadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AI é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo as principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em condições de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastres (PRD).

Anualmente, são realizadas testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

41. Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25/11/2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterou os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os princípios contábeis de norma internacional "IFRS 9" e "Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 01/01/2023, tendo os seguintes elementos de aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrada em contrapartida à conta de outras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Devido ao requerimento da nova norma, criou-se a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 16 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação de adoção regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis registradas pela Resolução, mapeamento das principais fontes impactadas, elaboração de matriz com detalhamento das fontes de ações identificadas e estabelecimento do cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação.

Fase 2 - Desenho (2022): Essa fase abrange as atividades de especificação das alterações contábeis necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho da estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 - Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades das novas desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculo (exemplo: método de taxa de juros efetiva, métodos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração do "DE-FAHA" do novo plano de contas e alterações em sistemas contábeis.

Fase 4 - Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações contábeis com ambiente de homologação e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados.

Fase 5 - Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, separação do balanço de abertura e cálculo dos impactos de adoção inicial. Engloba também atividades de treinamento, planejamento de alguns desenvolvimentos sistêmicos próprios e novos processos.

Fase 6 - Adoção Inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

SÃO MIGUEL - SC

Edmar Franchetti
Presidente

Pedro Vladimir Schatz
Diretor Financeiro

Camilla Erika Nicotau
Contábil
CRC-AG-071309D-3.1-SC

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

As Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste - Sicoob São Miguel SC-PRRS

São Miguel do Oeste - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste - Sicoob São Miguel SC-PRRS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob São Miguel SC-PRRS em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e omissões, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as consequências transacionais e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 10 de fevereiro de 2023.



Ronaldo Reinberg Lima
Contador - CRC 15P215393/O-1

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SÃO MIGUEL SC-PRRS EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste - SICOOB SÃO MIGUEL SC-PRRS, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 232 (duzentos e trinta e dois), em condições de votar, e convita os associados interessados em participar da Assembleia para reunirem-se em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se na sua Sede Administrativa, localizada à Rua Almirante Barros, 898, Bairro Centro, no município de São Miguel do Oeste/SC, no dia 11 de março de 2023, às 9h 30min, com presença de 3/3 (três terços) dos delegados, em primeira convocação, às 9h 30min, com presença de metade mais um dos delegados, em segunda convocação, ou às 9h 30min, com presença de no mínimo 10 (dez) delegados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEN DO DIA

- 1) Reforma e concordância do estatuto social da cooperativa, envolvendo os seguintes artigos:
a) Artigo 1º, inciso III - alteração na redação e exclusão do município de Nova Roma do Sul da área de ação;
b) Artigo 30 - inclusão de parágrafo;
c) Artigo 34 - alteração na redação do inciso II, bem como inclusão de parágrafo;
d) Artigo 46 - alteração na redação, nos termos do artigo 17-B, "caput" da Lei Complementar nº 196/22 que altera a Lei nº 130/08;
e) Artigo 62, inciso VII - alteração na redação;
f) Artigo 68, inciso V - alteração na redação;
g) Artigo 93 - alteração na redação, nos termos do artigo 6º da Lei Complementar nº 196/22 que altera a Lei nº 130/08, bem como artigo 17, § único da Resolução CMN/BACEN nº 5.051/22;
2) Outros assuntos de interesse do quadro social.

São Miguel do Oeste, SC, 16 de fevereiro de 2023.
Edmar Franchetti
Presidente

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SÃO MIGUEL DO OESTE - SICOOB SÃO MIGUEL SC-PRRS EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste - SICOOB SÃO MIGUEL SC-PRRS, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 232 (duzentos e trinta e dois), em condições de votar, e convita os associados interessados em participar da Assembleia para reunirem-se em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se na sua Sede Administrativa, localizada à Rua Almirante Barros, 898, Bairro Centro, no município de São Miguel do Oeste/SC, no dia 11 de março de 2023, às 9 horas, com presença de 3/3 (três terços) dos delegados, em primeira convocação, de 9 horas, com presença de metade mais um dos delegados, em segunda convocação, ou às 9 horas, com presença de no mínimo 10 (dez) delegados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

ORDEN DO DIA

- 1) Prestação de contas do exercício encerrado em 31-12-22, compreendendo:
a) Relatório de perdas;
b) Balanços do primeiro e segundo semestres do exercício de 2022;
c) Demonstração das sobras ou perdas apuradas;
d) Parecer do Conselho Fiscal;
e) Relatório de auditoria independente;
f) Destinação das sobras apuradas;
2) Eleição dos componentes do Conselho Fiscal com mandato até AGO 2025;
3) Fixação do valor da cota de presença dos membros do Conselho Fiscal, bem como dos Delegados;
4) Aprovação da captação de recursos dos municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por esse contratado.

São Miguel do Oeste, SC, 16 de fevereiro de 2023.
Edmar Franchetti
Presidente

OBSERVAÇÕES:

- 1) As demonstrações financeiras/contábeis do exercício findo estarão disponíveis na sede da cooperativa e no endereço eletrônico https://www.sicoobsc.org.br a partir de 22/02/2023.
2) A inscrição de chapas pela o Conselho Fiscal deverá ser efetuada conforme nova convocação, nos termos do artigo 6º da Lei Complementar nº 196/22 que altera a Lei nº 130/08, bem como artigo 17, § único da Resolução CMN/BACEN nº 5.051/22 e, ficar aberta, na sede da cooperativa, até as 15 horas do dia 06/03/2023.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://izisign.com.br/Verificar/CC9A-243E-0179-C1D9> ou vá até o site <https://izisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CC9A-243E-0179-C1D9



Hash do Documento

6605C9D09AAABEB2148999FD2878B6E24B70087A61A1780750C28997770B9D26

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 23/02/2023 é(são) :

Miguel Angelo Gobbi - 017.840.720-87 em 23/02/2023 15:12

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

